Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Quinta-feira, 12 de setembro de 2024
Ano CVII ● Número 29.694
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

UMA NOVA AMEAÇA AO VAREJO

'Bets' atraem consumidores e desviam gastos do comércio tradicional.
Por Aldo Gonçalves, **página 2**

SISTEMA METRO-FERROVIÁRIO NO RJ

Propostas de curto e médio prazos com gestão compartilhada.
Por José Augusto Valente, **página 2**

PERIGOS DO CONSIGNADO

Pode ser uma ferramenta útil, mas também traz riscos significativos.
Por Alexandre Triches, **página 2**

Dinheiro do Fundo Social do Pré-Sal desviado para dívida pública

Segundo FUP, de R$ 146 bi, hoje só restam R$ 20 bi

Criado em 2010, o Fundo Social do Pré-Sal ainda não foi regulamentado e esse vácuo criou distorções, como o uso de recursos para cobrir déficit público. O tema foi discutido ontem pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) em reunião com o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antônio Anastasia.

"De lá pra cá, foram gerados mais de R$ 146 bilhões e hoje só temos R$ 20 bilhões. Tivemos uso inadequado dos recursos, principalmente de parte do governo anterior, em 2021 e 2022, quando cerca de R$ 64 bilhões foram utilizados para amortização da dívida pública, enquanto houve redução dos investimentos nas áreas da educação, saúde e ciência e tecnologia, por exemplo", destacou o coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, reforçando a necessidade de regulamentação adequada do Fundo Social, estabelecido pela Lei 12.351/2010.

Diretrizes do art. 47 da Lei determinam que o objetivo principal do Fundo Social do Pré-Sal é o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e desenvolvimento, com investimentos nas áreas da educação, cultura, esporte, saúde pública, ciência e tecnologia, meio ambiente e na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Atualmente, o Fundo destina 50% de sua arrecadação para projetos nas áreas de educação e saúde. No entanto, com a falta de regulamentação específica, tem sido utilizado nos últimos anos para fins diversos de seus propósitos iniciais.

Durante a reunião, foi discutida também a necessidade de melhorias na gestão do Fundo Social do Pré-Sal. O corpo técnico do TCU e do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep) vão trabalhar em conjunto na sugestão de alternativas.

Lucio Tavora/Xinhua

Lei pode obrigar infrator a arcar com custos de área incendiada

O Brasil registrou, nas últimas 24 horas, mais de 5 mil focos de incêndio. O país concentra 76% das áreas afetadas pelo fogo em toda a América do Sul. A informação vem da base de dados do Programa Queimadas, do Inpe – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Embora a maior parte desses incêndios sejam causados pelo clima seco, já foram abertos ao menos 32 inquéritos para investigar incêndios de origem criminosa no Brasil.

Isso porque, segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, as queimadas que se espalharam pelo território brasileiro neste ano, particularmente na Amazônia e no Pantanal, mas também em outras regiões, como o interior de São Paulo e outras áreas do Centro-Oeste, como Brasília, são uma aliança entre a seca, causada pela mudança do clima, e a criminalidade.

De acordo com a advogada Ieda Queiroz, especialista em Direito Societário do CSA Advogados e responsável pela área de agronegócios, uma das soluções para punir esses infratores está na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados.

Trata-se do Projeto de Lei 4.930/2020, que altera artigo da Lei de Crimes Ambientais para aumentar as sanções e restrições administrativas para quem praticar incêndios criminosos em florestas ou matas. O texto ainda proíbe, pelo prazo de 50 anos, a contar da data do incêndio, o uso da área queimada para atividades agropecuárias.

A mudança viria no artigo 41 da Lei de Crimes Ambientais, que hoje pune com reclusão de dois a quatro anos, mais multa, quem provoca incêndio em floresta ou em demais formas de vegetação. No caso de crime culposo (quando não há intenção), a pena é de detenção de seis meses a um ano e multa. Com o projeto de lei, além da reclusão e multa, o condenado também arcaria com os custos de recuperação das áreas.

Transformação digital da indústria ganha R$ 186 bilhões

A indústria brasileira ganhará um reforço de R$ 58,7 bilhões em investimentos públicos para a transformação digital até 2026, além de R$ 85,7 bilhões da parte do setor produtivo do país até 2035. Os primeiros recursos serão direcionados à fabricação de fibra ótica, instalação de datacenters e computação em nuvem, telecomunicações, eletromobilidade, desenvolvimento de softwares e implantação de redes de infraestrutura.

Somados aos R$ 42,2 bilhões que já foram alocados pelo setor público neste governo, o total chega a R$ 186,6 bilhões em investimentos.

Os anúncios ocorreram em cerimônia no Palácio do Planalto, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também sancionou a lei que trata do novo Programa Brasil Semicondutores (Brasil Semicon). Com a medida, estão previstos incentivos de R$ 7 bilhões por ano até 2026, em crédito tributários, para o setor de semicondutores e tecnologia da informação e comunicação (TIC), com aplicações voltadas para painéis solares, smartphones, computadores pessoais e outros dispositivos associados diretamente à chamada indústria 4.0.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, explicou que, hoje, a transformação digital chega a 19% das empresas industriais e a meta é alcançar 25% delas até 2025 e 50% até 2033. Semicondutores (chips), robôs industriais e produtos e serviços digitais avançados são as principais cadeias produtivas a serem fortalecidas.

Segundo ele, a missão 4 da Nova Indústria Brasil busca impulsionar a revolução digital no país em setores como internet das coisas, inteligência artificial e Big Data, além de aumentar a competitividade da indústria brasileira e promover um crescimento sustentável da economia com geração de emprego e renda. "É tudo que o Brasil precisa", enfatizou.

Os recursos públicos destinados à missão 4, entre 2023 e 2026, são provenientes do Plano Mais Produção, do Brasil Mais Produtivo e de outros programas governamentais (Lei de TICs, Padis, ações do MCTI). Também entra nessa conta o lançamento das LCDs (Letra de Crédito do Desenvolvimento) do BNDES.

China e Brasil fortalecem política mútua no Brics

A China trabalhará com o Brasil para fortalecer a cooperação estratégica e aprofundar a confiança política mútua, disse Wang Yi, diretor do Gabinete da Comissão Central de Relações Exteriores, em uma reunião com Celso Amorim, assessor especial do presidente do Brasil, em São Petersburgo, Rússia, nesta quarta-feira.

Os dois lados mantiveram conversas sobre as relações bilaterais à margem de uma reunião de altos funcionários do Brics responsáveis por questões de segurança.

Wang, também membro do Bureau Político do Comitê Central do Partido Comunista da China, observou que a China e o Brasil são forças vitais de estabilização e grandes países em desenvolvimento e contribuirão mais para a paz, estabilidade e desenvolvimento do mundo.

"A China está pronta para impulsionar ainda mais a colaboração estratégica com o Brasil, melhorar a confiança política mútua, ampliar a cooperação mutuamente benéfica e elevar os laços bilaterais a novos patamares", disse Wang.

De sua parte, Amorim afirmou que Brasil e China mantiveram uma comunicação próxima, consolidaram a confiança mútua e uma colaboração eficaz. "O Brasil está disposto a trabalhar com a China para se preparar para a próxima etapa de importantes interações de alto nível entre os dois países e promover o desenvolvimento adicional das relações bilaterais", disse Amorim.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6704
Dólar Turismo	R$ 5,8770
Euro	R$ 6,2454
Iuan	R$ 0,7961
Ouro (gr)	R$ 461,39

ÍNDICES

IGP-M	0,29% (agosto)
	0,61% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,38%
SP (junho)	0,38%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Uma nova ameaça ao varejo

Por Aldo Gonçalves

Imagine um ponto comercial percebendo o afastamento do cliente porque parte do consumo canaliza-se para outros mercados. O que está por trás da mudança é a ameaça produzida pela disseminação das apostas on-line, aplicativos e sites de "bets", que estão caindo cada vez mais no gosto de parte da sociedade. O crescimento desse mercado começa a dar evidências de que irá prejudicar outros setores, como o comércio varejista.

Estima-se, no mercado global, incluindo o Brasil, que o segmento de apostas online movimentou mais de US$ 66 bilhões em 2023. As "bets" incitam interesse porque as possibilidades de ganhos chamam atenção: retornos rápidos para pouco dinheiro investido. Isso mexe com o comportamento humano e pode trazer problemas. Além da dependência e do vício, um dos efeitos é que o varejo já sente na pele a escolha dos consumidores pelas apostas.

Em vez de comprar bens nas lojas, um número crescente de pessoas está optando por arriscar dinheiro nas plataformas de apostas, o que torna as "bets" concorrentes do varejo e de outras atividades. Acredita-se que, há cinco anos, esses gastos representavam 0,27% do orçamento familiar. Hoje, participam com 1,38%, cinco vezes mais, resultado do aumento da preferência por esses jogos.

Os estímulos e facilidades ajudam a explicar o crescimento desse mercado. As probabilidades de recompensas mexem com o imaginário. Muitas apostas estão vinculadas ao futebol, que corresponde a uma paixão nacional, e podem ser feitas nos celulares, 24 horas por dia, sete dias por semana.

Um ponto de atenção está no fato de que a renúncia ao consumo em favor das apostas pode afetar as condições de vida, caso o processo resulte em maior endividamento pessoal ou familiar. Assim, o comércio e setores produtivos sofreriam mais perdas.

Estrategicamente, ignorar essa tendência seria um erro determinante para a atividade empresarial. Sendo assim, muitas empresas começam a associar seus produtos às "bets", visando oportunizar suas marcas nesse ambiente virtual em desenvolvimento.

O comerciante, que sempre buscou saídas para ultrapassar obstáculos, tem mais esse desafio. Um dos caminhos apontados por estudiosos do setor – com o qual concordamos – é inovar, incorporando novos métodos de atendimento aos clientes, buscando enfatizar o momento memorável no estabelecimento comercial e a experiência da compra, além de oferecer benefícios de fidelização, promoções criativas e conexões pós-venda.

Aldo Gonçalves
é presidente do CDLRio e do SindilojasRio.

Perigos do empréstimo consignado e cuidados para aposentados

Por Alexandre Triches

O empréstimo consignado é uma modalidade de crédito em que as parcelas são descontadas diretamente da folha de pagamento da aposentadoria. Embora ofereça vantagens como taxas de juros geralmente mais baixas e maior facilidade de aprovação, ele também apresenta riscos significativos. Neste artigo, exploraremos os perigos associados a essa forma de empréstimo e os cuidados que os aposentados devem ter para evitar problemas financeiros futuros.

Para os aposentados, a renda fixada pelo benefício previdenciário é frequentemente a principal (ou única) fonte de sustento. Ao assumir um empréstimo consignado, parte dessa renda é comprometida para o pagamento das parcelas, o que pode reduzir a margem para despesas essenciais e imprevistos.

A facilidade de aprovação e o valor relativamente alto que pode ser emprestado podem levar ao endividamento excessivo. A soma das parcelas dos empréstimos consignados pode consumir uma parte significativa da renda do aposentado, resultando em dificuldades financeiras se surgirem despesas inesperadas ou se houver uma queda na renda.

Infelizmente, aposentados podem ser alvos de práticas fraudulentas ou coação por parte de prestadores de serviços financeiros desonestos. É crucial verificar a reputação das instituições financeiras e ler todos os termos e condições do contrato com atenção, em especial custos adicionais, como tarifas administrativas e seguros, que podem aumentar o custo total do empréstimo.

Antes de assinar qualquer contrato, é importante verificar a reputação da instituição financeira. Certifique-se de que a empresa é devidamente regulamentada e não possui histórico de práticas enganosas ou fraudulentas.

O contrato do empréstimo deve ser lido com atenção para entender todas as condições, incluindo taxas de juros, encargos adicionais e políticas de pagamento antecipado. Qualquer dúvida deve ser esclarecida com a instituição financeira antes da assinatura.

O empréstimo consignado pode ser uma ferramenta útil, mas também traz riscos significativos, especialmente para aposentados cuja renda é fixa e muitas vezes limitada. Avaliar cuidadosamente as necessidades financeiras, comparar ofertas, e buscar orientação adequada são passos cruciais para garantir que essa modalidade de crédito seja utilizada de forma segura e responsável. Com planejamento e cautela, é possível minimizar os riscos e proteger a saúde financeira a longo prazo.

Alexandre Triches
é advogado, associado do Iargs e professor.

Sistema metro-ferroviário no RJ – o que fazer para melhorar?

Por José Augusto Valente

Chegará o dia em que o SUM – Sistema Único de Mobilidade – será uma realidade e terá como principal característica garantir a gestão compartilhada entre União, estados e municípios, visando à eficiência e eficácia necessárias para assegurar esse direito social.

A PEC 25/2023, que trata do SUM, em tramitação no Congresso Nacional, pode ser aprovada no início de 2025, com forte apoio dos(as) prefeitos(as) das capitais e de grandes cidades, que buscam uma solução institucional duradoura, já que não dispõem de meios e recursos para atender à crescente demanda por mobilidade com qualidade. O SUM, na minha opinião, terá o condão de não só evitar o colapso total da mobilidade, mas também de possibilitar um ciclo virtuoso que garanta o direito social ao transporte público de qualidade, previsto na Constituição Federal.

O que fazer nos curto e médio prazos?

Como regra, a operação e gestão dos serviços de transporte público estão centradas em contratos de concessões privadas, com base no argumento de que a operação e gestão públicas são ineficientes e onerosas para os cofres públicos. Salvo raras exceções, são as concessionárias que definem a qualidade dos serviços, sempre com base em seu fluxo de caixa, não no interesse dos usuários. Garantir elevada taxa de retorno financeiro tornou-se, portanto, o principal fator na tomada de decisões de gestão. O grande drama é que são os usuários de baixa renda que financiam, em grande parte, os atrativos fluxos de caixa das concessionárias, sofrendo elevações periódicas das tarifas, apesar do mau serviço prestado.

> Propostas de curto e médio prazos com gestão compartilhada

Exemplifico com o caso da Supervia, concessionária dos trens metropolitanos do Estado do Rio de Janeiro. A pontualidade e a redução do intervalo entre trens nas estações, que são itens cruciais para atender ao direito social dos usuários, são vistas pela concessionária como inviáveis por afetarem o seu lucro, ao exigirem aumento de custos operacionais e de investimentos. Assim, a queda no número médio de passageiros transportados por dia, de mais de 1 milhão no início do contrato para 600 mil pouco antes da pandemia de Covid-19 e, atualmente, para cerca de 300 mil, foi a principal consequência da decisão de não promover as melhorias necessárias para aumentar o fluxo de usuários.

Ou seja, no atual modelo de gestão privada, via concessão, há uma contradição intrínseca: é inviável conciliar a melhoria da qualidade do sistema de trens metropolitanos com a imperiosa necessidade de manter um fluxo de caixa atrativo para os acionistas da concessionária.

O que proponho como modelo a ser adotado?

Em 2021, a Prefeitura do Rio redefiniu a relação entre o poder público e as empresas prestadoras de serviços de transporte por ônibus, tendo como principais itens desse modelo: a criação da estatal Mobi-Rio; a gestão do sistema pela Prefeitura, incluindo o controle da bilhetagem digital; o pagamento pelo serviço prestado com base nos quilômetros rodados; e o subsídio para cobrir a diferença entre os custos e receitas, com o congelamento da tarifa. Nesse modelo, a Prefeitura faz a gestão, com exigências crescentes de qualidade, as empresas prestam o serviço e recebem adequadamente por ele, e os usuários são os principais beneficiados. Todos saem ganhando.

Replicando esse modelo ao sistema metro-ferroviário do Rio, teríamos: gestão pública com foco na melhoria da qualidade do serviço; operação por empresa pública ou privada seguindo as regras do gestor público; e subsídios para realizar os investimentos necessários à melhoria do sistema, com garantia de modicidade tarifária. Realizando essa gestão de forma compartilhada entre União, estado e municípios atendidos, com o necessário controle social, este novo modelo anteciparia o SUM, podendo viabilizar um modelo sustentável permanente.

José Augusto Valente
é membro da Divisão Técnica de Transporte e Logística do Clube de Engenharia. Foi secretário de Política Nacional de Transportes e Presidente do DER-RJ.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Kamala x Trump: o perdedor é evidente

O debate Kamala x Trump demonstrou o retrocesso intelectual de três décadas neoliberais. E, se isto ocorre no país mais rico e líder do Ocidente, imagine como estão os demais. O comentário é de Pedro Augusto Pinho, habitual colaborador do **Monitor Mercantil**, sobre o debate – se é que assim pode ser chamado – entre os 2 candidatos a presidente dos Estados Unidos. Perde o espectador/eleitor.

"Serve para todos brasileiros se afastarem das opções neoliberais e buscarem, como vem fazendo a Ásia, o caminho do nacionalismo e as bases culturais construídas internamente. Para este também distante observador, foi tremendamente monótono, mas o jogo do Brasil com Paraguai em nada foi melhor. Mostrou outra face da tragédia: a falta de criatividade e de dedicação", analisa Pinho.

Kamala x Trump: entretenimento

Monica De Bolle, membro sênior do Peterson Institute for International Economics, afirma que, em meio ao atual cenário de distração mundial, o debate é um meio de entretenimento político. Para De Bolle, Kamala usou de estratégias para atingir o entretenimento. Ela dominou o debate contra Trump ao saber usar a comunicação não verbal, a começar pela roupa, que lembrava a toga de um juiz, diante do oponente condenado pela justiça

Malásia quer se juntar ao Brics+

A Malásia está buscando se juntar ao Brics para fortalecer a cooperação com seus países-membros e promover o comércio global justo. Aderir ao bloco impulsionará as relações comerciais da Malásia e ajudará a evitar monopólios financeiros em todo o mundo, disse o primeiro-ministro malaio Anwar Ibrahim na semana passada, durante o 9º Fórum Econômico Oriental, realizado em Vladivostok, no Extremo Oriente da Rússia.

O Brics é um mecanismo cooperativo de mercados emergentes, fundado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em janeiro, expandiu sua filiação com a inclusão da Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Irã e Etiópia, formando o que muitos chamam de Brics+.

Rápidas

Renata Machado, coordenadora do MBA Diversidade e Impacto Social do IAG PUC-Rio, participará do Fórum de Diversidade & Inclusão Corporativas da ABRH-RJ, ao lado da professora do curso Flávia Cortinovis e da aluna Claudia Rodrigues, que é gerente de Diversidade da Firjan. Nesta quinta, 9h. Mais informações: abrhrj.org.br/forumdediversidadeeinclus%C3%A3ocorporativas *** Nesta sexta e sábado, a Master Sales Academy traz 2 dias de imersão com 16 horas de conteúdo para líderes de vendas e CEOs. O evento acontecerá em SP. Mais informações: insider.training/master-sales-academy *** O advogado tributarista Eduardo Berbigier, do Berbigier Advogados, de Curitiba, foi empossado nos comitês Jurídico e Tributário da Sociedade Rural Brasileira (SRB) *** A advogada Ana Paula De Raeffray, do Raeffray e Brugioni Advogados, foi reconduzida à condição de representante titular dos patrocinadores e instituidores na Câmara de Recursos da Previdência Complementar (CRPC) *** Nesta sexta, a artista visual Vanessa Rosa participa do painel "O empoderamento do Artista com a Inteligência Artificial Generativa" no NFT Brasil, que acontece na Bienal de SP. Mais em nftbrasil.live

Enquanto fogo destrói parte do Congresso quer perdoar golpistas

Projeto da anistia é adiado na CCJ e deve voltar em outubro

Ao mesmo tempo em que deixa de lado encontrar os responsáveis pelos incêndios que estão destruindo florestas e plantações, boa parte do Congresso se concentra em perdoar aqueles que depredaram os Três Poderes em puro ato de vandalismo. O Projeto de Lei que concede anistia aos condenados nos atos golpistas do dia 8 de janeiro de 2023 não entrou na pauta de votação da Comissão de Constituição e Justiça desta quarta-feira, conforme havia prometido a presidente da CCJ, a deputada federal Caroline de Toni (PL-SC). Nesta terça-feira (10) a análise do projeto foi cancelada porque começou sessão do plenário da Câmara. O regimento da Casa proíbe que as comissões deliberem enquanto há sessão no plenário.

A suspensão da CCJ revoltou os deputados favoráveis à anistia. Como a pauta desta quarta-feira já estava fechada, a estratégia era incluir o PL da anistia como extrapauta. Mas, para isso, seria necessário ter o voto da maioria absoluta da comissão, o que não ocorreu. "Infelizmente, no dia de hoje, nós estamos vendo que a anistia está sendo utilizada para barganhas políticas", disse a presidente da CCJ, Caroline de Toni, acrescentando que a pauta deve voltar à Comissão em outubro.

O relator da matéria, deputado Rodrigo Valadares (União-SE), também lamentou. "Estamos vendo, desde o dia de ontem, uma manobra do governo, da esquerda, uma manobra de várias pessoas. Estamos sofrendo todo tipo de obstrução, de retaliação", reclamou.

Deputados favoráveis ao PL da anistia, inclusive o relator, tem condicionado o apoio a qualquer candidato à Presidência da Câmara, em eleição prevista para 2025, ao compromisso com o PL da anistia. O parecer de Valadares argumenta que as condenações são injustas, não houve tentativa de golpe no dia 8 de janeiro "devido à falta de liderança e a ausência de apoio militar" e que aquelas pessoas "não souberam naquele momento expressar seu anseio".

O deputado federal Túlio Gadêlha (Rede-PE) defendeu que foi sim uma tentativa de golpe e que aquelas pessoas só deixaram as sedes dos três Poderes pela força dos agentes de segurança.

"A gente vê quando existe ou não tentativa de golpe a partir das intenções do autor. Naquele fatídico dia, existiam faixas que pediam intervenção militar. Existiam faixas que pediam a demissão dos ministros do STF. As pessoas invadiram o Congresso com a intenção de tomar o poder. Se o assassino não tem força para apertar o gatilho, ele não deixa de ter tentado um crime", argumentou.

Segundo o artigo 1º do PL da anistia (2.858/2022), "ficam anistiados todos os que participaram de manifestações com motivação política e/ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas, entre o dia 08 de janeiro de 2023 e o dia de entrada em vigor desta Lei".

Com o adiamento do Projeto de Lei que prevê anistia aos envolvidos no 8 de janeiro, a CCJ passou a discutir a Proposta de Emenda à Constituição 8, que limita as decisões monocráticas dos ministros do Supremo Tribunal Federal. Um acordo entre governo e oposição firmou que a discussão seja encerrada nesta quarta-feira, com a votação da PEC 8 ficando para uma próxima sessão.

A PEC analisada proíbe que esse tipo de decisão suspenda a eficácia de lei ou de atos dos presidentes do Executivo e do Legislativo e faz parte de um pacote de quatro projetos que limitam a ação do STF e começaram a tramitar na CCJ nas últimas semanas.

Setor de serviços segue na trajetória de crescimento

O volume de serviços prestados no país seguiu em trajetória de crescimento em julho, apresentando expansão de 1,2% na comparação com junho. Este é o segundo resultado positivo seguido, período em que acumulou um ganho de 2,9% (junho-julho). Dessa forma, o setor renovou seu patamar recorde, suplantando o nível do mês anterior. Os dados são da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada nesta quarta-feira pelo IBGE.

Na comparação contra julho de 2023, o setor teve expansão de 4,3% no mês. No acumulado do ano, o volume de serviços cresceu 1,8% frente a igual período de 2023. Já no indicador dos últimos 12 meses, houve ganho de dinamismo, passando de 0,8% em junho para 0,9% em julho.

"Para o entendimento do resultado, é importante notar a ligeira disseminação das altas, registradas em três dos cinco setores avaliados na pesquisa, mas com destaque para as atividades de profissionais, administrativos e complementares e de informação e comunicação, que emplacaram, em ambos os casos, o segundo resultado positivo em sequência", analisa Rodrigo Lobo, gerente da PMS.

A alta de profissionais, administrativos e complementares foi de 4,2%, com um crescimento de 6,5% no período junho-julho. Dentro do setor, os destaques foram as atividades de: agenciamento de espaços de publicidade; e a intermediação de negócios em geral.

Já o setor de informação e comunicação teve expansão de 2,2% na passagem de junho para julho, com ganho acumulado de 3,8% nos últimos dois meses. Em julho, houve aumento de receita nas atividades de portais, provedores de conteúdo e ferramentas de busca na internet, além das de telecomunicações e de exibição cinematográfica.

"Como é um mês de recesso escolar, é comum que muitas famílias tirem férias e as salas de cinema acabam tendo um bom desempenho nesse período", registra Lobo.

O terceiro setor com crescimento em julho foi o de outros serviços, que variou 0,2%, recuperando uma pequena parcela da perda acumulada no mês anterior, quando apresentou queda de 0,8%.

Entre os setores que tiveram recuo de volume de serviços no país em julho, o principal impacto negativo foi o do setor de transportes, com queda de 1,5%, influenciado, principalmente, pelos recuos observados em transporte dutoviário e no rodoviário de cargas. Com menor influência no resultado global, os serviços prestados às famílias mostraram uma ligeira variação negativa (-0,2%).

Na comparação entre julho de 2024 e julho de 2023, a expansão de 4,3% do setor de serviços foi o segundo resultado positivo seguido, acompanhada por quatro das cinco atividades e 60,8% dos 166 tipos de serviços investigados pela PMS. Entre os setores, os de informação e comunicação (9,8%) e os profissionais, administrativos e complementares (9,1%) tiveram os principais impactos.

Já no índice acumulado de janeiro a julho de 2024, comparado com igual período de 2023, o crescimento de 1,8% do setor de serviços nacional contou com o avanço de quatro das cinco atividades e 59,6% dos 166 tipos de serviços. A contribuição mais relevante foi a de informação e comunicação (5,9%).

Na análise regional da PMS, na passagem de junho para julho, 14 das 27 unidades da Federação tiveram aumento na receita real de serviços, acompanhando o crescimento observado no resultado nacional. Entre os locais com taxas positivas, o impacto mais importante veio de São Paulo (2,4%), seguido por Distrito Federal (14,8%), Rio de Janeiro (0,6%), Minas Gerais (0,9%) e Rio Grande do Sul (1,5%). Na outra ponta, Espírito Santo (-2,3%), Mato Grosso (-1,7%) e Paraná (-0,2%) foram as principais influências negativas do mês.

Na comparação com julho de 2023, o mês de julho registrou crescimento em 19 UFs, com a contribuição positiva mais importante ficando com São Paulo (7,4%), seguido por Rio de Janeiro (4,7%), Distrito Federal (14,5%), Minas Gerais (3,8%) e Santa Catarina (8,4%). Por outro lado, o Rio Grande do Sul (-13,9%) liderou nesse tipo de comparação, seguido por Mato Grosso (-18,5%) e Goiás (-6,3%).

CONCESSÃO DE LICENÇA

LIVING 007 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CNPJ 18.689.742/0001-31 torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico - SMDUE, através do processo nº EIS-PRO-2023/18191.04, a Licença Municipal Simplificada de Habitação nº EIS-LSH-2024/00021 com validade até 10/09/2028 para construção de grupamento residencial multifamiliar - programa "Minha Casa, Minha Vida" -, composto por 315 unidades residenciais com 05 blocos de 08 pavimentos, situado à Avenida Geremário Dantas, 278, Tanque, Rio de Janeiro - RJ.

REGISTRO GERAL

Aislan Loyola
aislan.loyola@monitormercantil.com.br

DESCONTOS TURÍSTICOS - Com a chegada do Rock in Rio 2024, que será realizado em setembro, os visitantes que vierem para o festival poderão aproveitar uma série de descontos em importantes nos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro. A parceria estabelecida entre o evento e atrações locais oferece uma oportunidade para explorar a cidade além do festival, com preços reduzidos em ingressos para o AquaRio, o Cristo Redentor (através das vans oficiais Paineiras Corcovado) e o BioParque do Rio. Quem quiser explorar a cidade pode optar pelo combo Cristo Redentor (Paineiras-Corcovado) + AquaRio + BioParque do Rio, com valor reduzido durante a semana de R$ 281 por a partir de R$ 194,90 e nos finais de semana R$ 220. Para quem optar por visitar apenas o BioParque do Rio, o ingresso inteira estará com 20% de desconto, passando de R$ 49,50 para R$ 39,90, de quarta a domingo. O AquaRio também oferece 34% de desconto, com ingresso inteira de R$ 150 por R$ 99; ou promoção no combo Cristo Redentor + AquaRio inteira de R$ 231,50 nos dias de semana a partir de R$ 148 e nos finais de semana a partir de R$ 173. A promoção já está em vigor e só vale para compras realizadas no site oficial Link ou no site oficial de cada atração. Comprando o ingresso promocional, basta apresentar o ingresso do RIR como comprovante nas entradas dos parques. Serviços: AquaRio: Praça Muhammad Ali, s/n - Gambôa, Rio de Janeiro - RJ. Site: aquariomarinhodorio.com.br; BioParque do Rio: Parque da Quinta da Boa Vista, s/n - São Cristóvão, Rio de Janeiro - RJ. Site: bioparquedorio.com.br; Paineiras-Corcovado: Estrada do Corcovado, s/n - Alto da Boa Vista, Rio de Janeiro - RJ. Site: paineirascorcovado.com.br

GASTRONOMIA - O Circuito Gastronomia do Mar, que acontecerá de 27 a 29 de setembro, no Cais de Santa Luzia, promete ser um grande evento e agitar o Centro de Angra dos Reis. Destaque para o show da cantora Fernanda Abreu (28/9 às 22h), além de apresentações de outras bandas. O evento contará com a "Cozinha Show", onde chefs do Senac realizarão oficinas diárias e demonstrações de receitas, incluindo degustações em palestras e workshops sobre pratos salgados, sobremesas e drinks. Haverá também uma área de alimentação com estandes de restaurantes locais, que levarão receitas com produtos da região e pratos exclusivos para o evento. Com entrada gratuita, o Circuito tem como objetivo promover e qualificar os empresários dos restaurantes locais, valorizar o setor pesqueiro da região e impulsionar o turismo na cidade, segundo o presidente do Sicomércio de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty, Essiomar Gomes. O Sesc RJ é parceiro cultural do Gastronomia do Mar, promove o show da cantora Fernanda Abreu, e além disso vai oferecer diversas atrações recreativas durante os dias do evento. Serviço: Evento: Circuito Gastronomia do Mar. Data: 27 a 29 de setembro de 2024 - 27/9 - 17h às 0h; 28/9 - 12h às 0h; 29/09 - 11h às 22h. Local: Cais de Santa Luzia - Centro de Angra dos Reis. Entrada Gratuita.

ADOÇÃO PET – Nesse mês, o Recreio Shopping realizará seu tradicional evento de adoção pet, que acontece desde 2012. Nos dias 13 e 27 de setembro, o shopping receberá duas edições do evento, em parceria com as ONGs Focinhos de Luz e Opa Rio, com o objetivo de encontrar lares para cães e gatos resgatados de situações de abandono e maus-tratos. No dia 13 de setembro, a ONG Focinhos de Luz estará no shopping das 10h às 17h, enquanto a Opa Rio marcará presença no dia 27 de setembro, das 11h às 19h. Os interessados em adotar um animal passarão por uma entrevista para que o perfil do adotante seja analisado, garantindo que o pet encontrará um lar adequado e seguro. Após a aprovação, os novos tutores poderão levar seus companheiros para casa no mesmo dia. A adoção é gratuita. Além da adoção, a ONG Focinhos de Luz arrecadará doações de ração, jornal, mantas, materiais de limpeza, medicamentos, entre outros itens, para continuar cuidando dos animais que ainda aguardam uma nova família. O Recreio Shopping fica na Avenida das Américas, 19019 - Recreio dos Bandeirantes. Mais informações https://recreioshopping.com.br/ ou @recreioshopping.

ÁVEL - Na 13ª edição do Brasil Advisor Awards, realizada pela XP, a Ável Investimentos foi eleita a melhor assessoria do Brasil. Nas edições anteriores, a Ável figurou no top 5 da premiação. A premiação da XP leva em consideração a avaliação dos clientes sobre as assessorias bem como a expansão dos escritórios e também a produtividade de cada marca. Para o fim de 2024 e ao longo de 2025, a Ável planeja seguir o que já faz com excelência comprovada, e agora premiada, que é a formação de assessores de investimento e a expansão de filiais, bem como uma nova fronteira de negócios: ampliar a atuação no segmento de pessoa jurídica (PJ) oferecendo soluções de crédito como CRI, CRA e debêntures. Atualmente, com mais de R$ 13 bilhões sob custódia e aproximadamente 600 colaboradores, a Ável tem escritórios em Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

Abrasel-RJ: 65% dos restaurantes não tiveram lucro em julho

De acordo com pesquisa da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes no Rio de Janeiro (Abrasel-RJ), realizada entre os dias 19 e 26 de agosto, 65% dos bares e restaurantes no estado não obtiveram lucro no mês de julho. Dos estabelecimentos entrevistados, 28% registraram prejuízo e 37% operaram em equilíbrio financeiro, enquanto apenas 35% conseguiram lucrar.

O levantamento aponta também mostrou que, para 32% dos estabelecimentos, o faturamento de julho foi superior ao de junho; para 34%, o resultado foi equivalente, e 32% registraram queda. Entre os principais fatores que contribuíram para os prejuízos estão a queda nas vendas e a redução no número de clientes, apontados como as maiores causas pelos empresários.

Outro dado relevante é que 47% dos estabelecimentos não conseguiram aumentar os preços nos últimos 12 meses. Dos que fizeram reajustes, 44% ajustaram conforme ou abaixo da inflação, enquanto apenas 9% conseguiram aumentar os preços acima da inflação.

O endividamento continua sendo um desafio para o setor: 37% das empresas têm pagamentos em atraso. Dentre essas, 70% devem impostos federais, 49% estão em débito com impostos estaduais e 39% enfrentam dificuldades com fornecedores de insumos, como alimentos e bebidas. Além disso, 36% têm contas de serviços públicos em atraso, 33% possuem empréstimos bancários pendentes, e 27% enfrentam débitos com encargos trabalhistas e previdenciários e aluguel. Outros 21% estão em atraso com taxas municipais, 9% devem a fornecedores de equipamentos e serviços, e 6% têm dívidas com os funcionários.

Pedro Hermeto, presidente da Abrasel-RJ, avaliou o cenário com preocupação: "A pesquisa mostra que o setor ainda enfrenta grandes desafios, mesmo em um período de recuperação econômica. A dificuldade em reajustar preços e a alta taxa de endividamento são barreiras significativas. Estamos empenhados em trabalhar junto aos empresários e ao poder público para encontrar soluções que ajudem a reverter esse quadro."

Já de acordo com o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA), o faturamento do varejo em agosto caiu 0,2%, descontada a inflação, em comparação com o mesmo mês de 2023. Em termos nominais, que espelham a receita de vendas observadas pelo varejista e embutem a inflação, houve alta de 4,7%.

O macrossetor de serviços recuou 3,5%, com a maior variação negativa observada no setor de turismo e transporte. Bens duráveis e semiduráveis caiu 0,5%, influenciado principalmente pela queda de materiais para construção. O macrossetor de bens não duráveis foi o único com crescimento (1,0%), puxado pelo segmento de supermercados e hipermercados.

O resultado do varejo só não foi mais negativo por causa das comemorações do Dia dos Pais.

"Segmentos presenteáveis, como varejo alimentício especializado e móveis, eletro e depto, apresentaram alta no mês e é possível inferir que o resultado esteja relacionado com a data", afirma Carlos Alves, vice-presidente de Tecnologia e Negócios da Cielo.

"Já o setor de super e hipermercados, favorecido pela deflação observada pelo segundo mês consecutivo, também amenizou a queda do varejo. Como o desempenho desse segmento foi acima de bares e restaurantes, é possível supor que as famílias preferiram comemorar o Dia dos Pais em casa", diz Alves.

Em termos nominais, ou seja, que refletem a receita observada pelo varejista, o comércio eletrônico cresceu 6,5% em agosto no país. Já as vendas presenciais cresceram 4,2% em relação ao mesmo mês de 2023.

Oligopólio em supermercados preocupa EUA

Duas gigantes de supermercados dos EUA, Kroger e Albertsons, estão em estágio avançado para uma fusão que deve alcançar o valor de US$ 24,6 bilhões. O acordo junta a 2ª e a 4ª maiores redes de supermercados dos Estados Unidos. Se aprovado, resultaria no controle da Kroger-Albertsons sobre cerca de 13% do mercado nacional de alimentos.

Os defensores do consumidor e reguladores alertam sobre potenciais impactos nos preços dos alimentos e na concorrência de mercado.

A fusão está sob escrutínio no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito de Oregon, enquanto a Comissão Federal de Comércio (FTC) busca bloquear a maior fusão de supermercados da história dos EUA. Os argumentos finais são esperados nos próximos dias. Uma vez que sejam apresentados, cabe à juíza do Tribunal Distrital dos EUA, Adrienne Nelson, decidir se concede ou não a liminar.

O CEO da Kroger, Rodney McMullen, testemunhou no tribunal federal de Portland na semana passada que a fusão permitiria que a empresa combinada reduzisse os preços dos alimentos em US$ 1 bilhão anualmente. "O dia em que nos fundirmos será o dia em que começaremos a baixar os preços", afirmou McMullen, argumentando que os preços da Albertsons estão atualmente de 10% a 12% mais altos que os da Kroger.

No entanto, os críticos alegaram que o acordo poderia ter o efeito oposto, potencialmente levando a preços mais altos e opções reduzidas para o consumidor. A FTC entrou com uma queixa buscando bloquear a fusão, junto com procuradores-gerais de nove estados, incluindo Califórnia, Arizona e Illinois.

Ao analisar 14 fusões horizontais no setor de supermercados, um documento de trabalho da FTC em 2012 descobriu que os preços aumentaram em mais de um terço dos casos, apesar das promessas de menores custos ao consumidor.

Embora esses aumentos tenham sido em média de pouco mais de 2%, mesmo pequenos aumentos de preços podem ter consequências significativas, dado que 31% das famílias relatam pular ou reduzir o tamanho das refeições devido a preocupações financeiras, disse o documento.

Desde 2018, o Índice de Preços ao Consumidor para todos os alimentos aumentou 20,4%, ultrapassando o crescimento salarial nacional. Essa tendência coincidiu com uma consolidação significativa, com a participação de mercado dos quatro maiores varejistas de supermercados crescendo 46% entre 1993 e 2019, de acordo com a publicação acadêmica ProMarket.

De acordo com o Supermarket News, em algumas regiões, particularmente no noroeste dos EUA, a participação de mercado combinada Kroger-Albertsons alcançaria até 57% em Washington, Oregon, Idaho, Montana e Wyoming.

O Institute for Local Self-Reliance relatou que em mais de 160 cidades, o Walmart e uma Kroger-Albertsons fundida controlariam mais de 70% do mercado de alimentos. Esse nível de controle levanta temores sobre potenciais aumentos de preços em áreas sem concorrência robusta.

A Kroger e a Albertsons argumentaram que uma fusão é necessária para competir com rivais maiores como Walmart, Amazon e Costco. No entanto, alguns especialistas questionaram essa lógica. Christine P. Bartholomew, professora de direito na Universidade de Buffalo, publicou um artigo de revisão jurídica na ProMarket, apontando que a Kroger e a Albertsons aumentaram os lucros com sucesso nos últimos anos, apesar do crescimento do Walmart. Ela alertou que aceitar esse argumento poderia "abrir as comportas para futuras fusões" em vários setores que enfrentam a concorrência de gigantes do varejo.

Formas de criar conexão com o cliente

Prudential do Brasil participa do debate no Conarec 2024

A Prudential do Brasil esteve presente esta semana no Conarec 2024, um dos maiores fóruns de CX da América Latina. O vice-presidente de Marketing e Clientes da seguradora, Carlos Cortez, participou do painel "Brand Experience: Como criar conexão com o consumidor", ao lado de representantes de empresas como Avon, Santander, Reckitt e Verint.

O executivo destacou a cultura centrada no cliente como um forte pilar estratégico da Prudential e compartilhou a jornada para aprimorar a experiência do cliente em todos os pontos de contato, desde a contratação do seguro até o pagamento do benefício. Cortez falou ainda sobre o papel do seguro de vida na conexão emocional que estabelece com seus clientes e lembrou a importância de ter uma marca forte e relevante que promove experiências inesquecíveis, como é o caso do patrocínio do Rock in Rio.

"Conhecer profundamente o cliente e identificar suas necessidades é fundamental para criação de novos produtos e soluções. Precisamos acompanhar esse novo consumidor e nos adaptar rapidamente às mudanças. Afinal, todo mundo tem um motivo para contratar um seguro de vida em um momento da vida", disse Cortez.

Seguro de vida com coberturas personalizáveis

A BB Seguros lança ao mercado uma nova solução em seguros a fim de atender as necessidades e individualidades dos brasileiros. Com custo mensal a partir de R$ 8,14, o plano Seguro pra Vida Essencial chega ao mercado com coberturas personalizáveis e assistências que permitem o uso do produto em diferentes contextos, com a ocorrência ou não de um sinistro. As coberturas e assistências da solução contemplam ainda os familiares do segurado, o que potencializa seu custo-benefício.

As coberturas básicas do plano Essencial do Seguro pra Vida da BB Seguros são morte natural ou acidental; invalidez permanente, total ou parcial por acidente; e despesas de funeral do segurado. Entre as coberturas adicionais estão diárias de internação hospitalar por acidente e despesas com o funeral do cônjuge, filhos e pais do segurado. Já no campo das assistências o plano disponibiliza telemedicina; assistência funeral; repatriação funerária; traslado do corpo e passagem para liberação do corpo.

"O objetivo do novo plano é tornar o seguro de Vida mais acessível, especialmente ao público jovem", afirma Letícia Gama, gerente executiva de Produtos Massificados da Brasilseg, uma empresa BB Seguros. "Para isso, deixamos a solução com um desenho que ajuda a tornar mais clara sua proposta de valor, como o custo menor, possibilidade de personalização e facilidade de contratação", explica a executiva.

O plano Essencial do Seguro pra Vida da BB Seguros está disponível inclusive para quem não é correntista do Banco do Brasil e pode ser contratado pelo site.

Formas de criar conexão com o cliente

A Prudential do Brasil esteve presente esta semana no Conarec 2024, um dos maiores fóruns de CX da América Latina. O vice-presidente de Marketing e Clientes da seguradora, Carlos Cortez, participou do painel "Brand Experience: Como criar conexão com o consumidor", ao lado de representantes de empresas como Avon, Santander, Reckitt e Verint.

O executivo destacou a cultura centrada no cliente como um forte pilar estratégico da Prudential e compartilhou a jornada para aprimorar a experiência do cliente em todos os pontos de contato, desde a contratação do seguro até o pagamento do benefício. Cortez falou ainda sobre o papel do seguro de vida na conexão emocional que estabelece com seus clientes e lembrou a importância de ter uma marca forte e relevante que promove experiências inesquecíveis, como é o caso do patrocínio do Rock in Rio.

"Conhecer profundamente o cliente e identificar suas necessidades é fundamental para criação de novos produtos e soluções. Precisamos acompanhar esse novo consumidor e nos adaptar rapidamente às mudanças. Afinal, todo mundo tem um motivo para contratar um seguro de vida em um momento da vida", disse Cortez.

Grupo Exalt completa 15 anos de atuação no mercado

Com 70 corretoras associadas presentes em mais de 48 cidades do interior paulista, a corporação conta com mais de 200 mil segurados e a emissão de mais de R$ 400 milhões em prêmios anuais emitidos No mês de setembro, o Grupo Exalt celebra 15 anos de atividades no setor de seguros. Em 2009, 11 corretoras de seguros da Região Metropolitana de Campinas se uniram para trocar experiências, avaliar as tendências e compartilhar os melhores mecanismos adotados em sua gestão estratégica. Ao efetuar a junção de boas práticas, a marca Exalt iniciou sua jornada no mercado de seguros em 2010. Atualmente, é um dos grupos mais estruturados do país.

Segundo Carlos Aparecido Cunha, da Insurance Broker, associado ao Grupo Exalt desde a sua fundação, comemorar 15 anos é motivo de muito orgulho. "Auxiliamos na capacitação dos corretores associados, com intuito de oferecermos uma consultoria especializada nas ofertas de seguros. Investimos também no aumento da demanda de ofertas de produtos em outras modalidades de seguros, com o propósito de aumentar a rentabilidade de suas carteiras. Conduzimos o trabalho promovendo treinamentos mensais para os gestores, os colaboradores das corretoras, além dos seus sucessores".

O Grupo Exalt oferece soluções personalizadas, como a consultoria gerencial, campanhas de incentivo de produção, gestão de carteiras, mapa de oportunidades, estratégias de marketing compartilhadas, consultoria de riscos conforme a demanda, ouvidoria comercial, células de backoffice, execução do recrutamento e seleção de novos colaboradores, encontros para trocas de experiências através da realização de fórum para análises dos cenários e a UniExalt, uma central de desenvolvimento, com foco constante na qualificação profissional.

"Celebrar 15 anos do Grupo Exalt é motivo de alegria para as corretoras associadas e os nossos colaboradores. Toda a equipe segue empenhada para entregar o que possui de melhor em uma gestão de excelência, de forma humanizada. Acreditamos na condução dos negócios baseados na expansão, proporcionando o melhor para todos os envolvidos nessa trajetória de sucesso", afirmou Maurício Ramos, diretor executivo do Grupo Exalt.

A missão do Grupo Exalt vai além do desenvolvimento e do crescimento sustentável das corretoras de seguros. O programa filantrópico Exalt Amor contribuiu com projetos sociais indicados pelos associados em diversos setores, beneficiando várias entidades filantrópicas espalhadas no interior paulista.

APL - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES LTDA.
CNPJ: 29.953.833/0001-59
Aviso de Leilão - Edital nº 007/2024. Leilão: APLBPSUCATAS07-24. Data: 30 de setembro de 2024, às 10 horas. **Local:** SOMENTE ONLINE; Sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br. Leiloeiro Oficial:** Gabriel Costa Mendes da Silva, matrícula 244 da JUCERJA. **Objeto:** sucatas inservíveis não identificadas. A Prefeitura Municipal de Barra do Piraí - RJ, torna público que realizará, na data acima, leilão de sucatas não identificadas, que se encontram no Pátio terceirizado da concessionária APL - Administração de Pátios e Leilões Ltda. A cópia do Edital completo poderá ser obtida junto ao pátio, situado à Rodovia Lúcio Meira (BR 393), Nº: 47097, Bairro Arthur Cataldi - Barra do Piraí, em dias úteis, das 9h às 15h ou ainda no sítio eletrônico **www.aplleiloes.com.br.**

SINTUR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E PROFISSIONAIS DE TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Rua Sete de Setembro, 98 – Cob 01 e 02
Edital de Convocação- **O SINTUR - Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**, de acordo com art. 16 Capítulo I, Título III do Estatuto, convoca os trabalhadores da empresa **C2 RIO VIAGENS E TURISMO LTDA.,** para Assembleia Geral Extraordinária no **dia 19/09/2024**, às 14:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2% dos sócios, e em segunda com qualquer número às 14:30 horas, na forma virtual em função da pandemia, para deliberarem a seguinte ordem do dia: a) DEBATER, AVALIAR E DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO APRESENTADA PELAS EMPRESAS. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.
Fabrício Santos Guimarães - Presidente - SINTUR.

SINTUR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E PROFISSIONAIS DE TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Rua Sete de Setembro, 98 – Cob 01 e 02
Edital de Convocação- **O SINTUR - Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**, de acordo com art. 16 Capítulo I, Título III do Estatuto, convoca os trabalhadores da empresa **ITER PARTICIPAÇÃO S.A, para** Assembleia Geral Extraordinária no **dia 19/09/2024**, às 13:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2% dos sócios, e em segunda com qualquer número às 13:30 horas, na forma virtual em função da pandemia, para deliberarem a seguinte ordem do dia: a) DEBATER, AVALIAR E DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO APRESENTADA PELAS EMPRESAS. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.
Fabrício Santos Guimarães - Presidente - SINTUR.

SINTUR - SINDICATO DOS TRABALHADORES E PROFISSIONAIS DE TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.
Rua Sete de Setembro, 98 – Cob 01 e 02
Edital de Convocação- **O SINTUR - Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**, de acordo com art. 16 Capítulo I, Título III do Estatuto, convoca os trabalhadores da empresa **CAMPANHIA CAMINHO AÉREO PÃO DE AÇÚCAR,** para Assembleia Geral Extraordinária no **dia 19/09/2024**, às 12:00 horas em primeira convocação, com a presença de 2% dos sócios, e em segunda com qualquer número às 12:30 horas, na forma virtual em função da pandemia, para deliberarem a seguinte ordem do dia: a) DEBATER, AVALIAR E DELIBERAR SOBRE A PROPOSTA DE ACORDO COLETIVO APRESENTADA PELAS EMPRESAS. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024.
Fabrício Santos Guimarães - Presidente - SINTUR.

EDITAL DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINARIA ESPECÍFICA RETIFICADOR
O **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO**, com **CNPJ** sob o nº **33.094.269/0001-33,** situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por seu Presidente abaixo assinado, nos termos de seu Estatuto, retifica o Edital de Convocação de Assembleia Extraordinária Específica publicado em 11/09/2024, para convocar todos os trabalhadores do **Banco do Brasil S/A**, sócios ou não sócios, que atuem na base territorial deste sindicato, para a assembleia extraordinária específica que se realizará, no dia 13 de setembro de 2024, de forma presencial **no auditório da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, sita à Rua Araujo Porto Alegre, nº 71, 9º andar**, a partir das 18hs em primeira convocação e às 18:30hs em segunda e última convocação , para deliberar sobre a seguinte pauta: 1- Deliberar e organizar a paralisação das atividades por prazo indeterminado a partir das 00:00hs do dia 16/09/2024; Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024
JOSE FERREIRA PINTO
Presidente

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COOPERATIVA HABITACIONAL "CAIXA FORTE - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA". CNPJ n.º 26.501.079/0001-28 / NIRE n.º 33.4.0005531-4
A Presidente da **CAIXA FORTE - COOPERATIVA HABITACIONAL LTDA,** Sra. ANA CRISTINA CERQUEIRA BARRETO, convoca os Sócios - Cooperados para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 26/09/2024, em sua sede social situada na Avenida Treze de Maio, 23 – AND 19 81935A1937 6R15 – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-902. Sendo a **AGE** instalada em 1.ª Convocação às 08:00 horas, com presença de 2/3 dos Sócios-Cooperados em dia com suas obrigações sociais; 2.ª Convocação às 09:00 horas, com presença de metade mais um dos sócios - Cooperados em dia com suas obrigações sociais e em 3.ª e última Convocação às 10:00 horas, com presença mínima de 10 (dez) Sócios-Cooperados em dia com suas obrigações, e a **AGO** em 1ª convocação às 12:00 horas, com presença de 2/3 dos sócios-cooperados em dia com suas obrigações sociais; 2ª convocação às 13:00 horas, com presença de metade mais um dos sócios-cooperados em dia com suas obrigações sociais e em 3ª e última convocação às 14:00 horas, com presença mínima de 10 (dez) sócios-cooperados em dia com suas obrigações sociais, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Pauta da AGE:** I – Planejamento para recuperação de mercado e ampliação do quadro social nos próximos 4 anos. **Pauta da AGO:** II – Eleição de nova Diretoria. III – Prestação de contas do exercício 2023, incluindo parecer do conselho fiscal, DMPL, DSP e Notas explicativas, inclusive o rateio das despesas no caso de perda do exercício de 2023. IV – Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024
ANA CRISTINA CERQUEIRA BARRETO - Presidente

PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.
CNPJ/ME Nº 18.593.815/0001-97 - NIRE nº 33.3.0031102-5
Companhia Aberta de Capital Autorizado
EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os acionistas da **PRINER SERVIÇOS INDUSTRIAIS S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser dia 10 de outubro de 2024, às 11:00 horas ("AGE"), na sede da Companhia, localizada na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, Rio de Janeiro-RJ, a fim de deliberarem acerca das seguintes matérias: *(i) Aprovar a implementação do Plano de Incentivo de Longo Prazo Baseado emAções Restritas, conforme diretrizes previstas no Anexo I desta Proposta; (ii) Autorizar os administradores da Companhia praticar os atos necessários à efetivação das deliberações que foremaprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária em referência.* **Informações Gerais:** Informações Gerais: Os acionistas encontrarão os documentos e informações obrigatórias, conforme previsto na Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 81/2022, e que são necessárias para melhor entendimento da matéria acima, além do Manual do Acionista para a AGE, disponíveis no escritório da Companhia, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 3.434, Bloco 06, conjunto de salas 601 a 608, Barra da Tijuca, CEP: 22640-102, no seu site (www.priner.com.br) e nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A – BRASIL, BOLSA, BALCÃO (a "B3") (www.b3.com.br). Os acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da AGE por meio de (i) voto à distância; ou (ii) presencialmente, munidos de documento de identidade com foto, comprovação de poderes e extrato de titularidade das ações, consoante artigo 126 da Lei 6.404/76 e Manual de Acionistas para a AGE. Com relação à participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação para participação na AGE deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei 6.404/76. As acionistas pessoas jurídicas podem ser representadas por meio de seus representantes legais ou procuradores devidamente constituídos, de acordo com os seus atos constitutivos, não precisando, nesse caso, o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado. A Companhia dispensa o reconhecimento de firma, o apostilamento de procurações, bem como a tradução juramentada no caso de procurações outorgadas no exterior. Para fins de melhor organização da AGE, a Companhia solicita, nos termos do art. 8º do estatuto social da Companhia, o depósito prévio dos documentos necessários para participação na AGE com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores. Ressalta-se que os acionistas poderão participar da AGE ainda que não realizem o depósito prévio acima referido, bastando apresentarem os documentos na abertura da AGE, conforme o disposto no art. 6º, § 2º, da IN da CVM 81/22. O acionista que desejar participar da AGE por meio do sistema de votação à distância, nos termos da IN da CVM 81/22, deverá enviar o boletim de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia, ao banco escriturador das ações ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Manual de Acionistas para a AGE e no próprio boletim.
Pedro Henrique Chermont de Miranda
Presidente do Conselho de Administração

Juros: maior obstáculo para as MPI's acessarem crédito

Com apenas 39% de taxa de aprovação entre as Micro e Pequenas Indústrias que consultaram empréstimos, taxa de juros alcançou o maior patamar já registrado como principal obstáculo com 47%

A 14ª Pesquisa Indicador Nacional de Atividade da Micro e Pequena Indústria do SIMPI/Datafolha revela uma visão abrangente do panorama econômico durante o mês de junho/julho. Nesta edição, a pesquisa mostra a relação entre a falta de acesso a capital de giro e empréstimo com o número de Micro e Pequenas Indústrias em atraso no pagamento.

O número de consultas a empréstimos e financiamentos voltou a cair e alcançou o mesmo patamar do início do ano, com 14%. O número, ainda que 5 pontos percentuais menor que o do último bimestre deixa clara a dificuldade de aprovação, já que desses 14%, apenas 39% das MPI's tiveram crédito aprovado.

Em relação às principais dificuldades das MPI's em conseguir crédito, a taxa de juros segue sendo o maior obstáculo com 47%, sendo esse o maior valor já registrado pela pesquisa. Em regiões, o Estado de São Paulo é o mais insatisfeito com as taxas de juros com 52% das MPI's.

Assim como o número de procura a crédito diminuiu, a taxa de inadimplência de clientes das MPI's também teve uma queda. Os dados saíram de 38% no último bimestre para 27%, esse é o menor resultado já registrado pela pesquisa. No entanto, com 41% das MPI's sofrendo inadimplência, o Centro-Oeste/Norte é a região mais afetada. Das 27% MPI's que sofrem inadimplência, 13% afirmam que o valor corresponde a mais de 30% do faturamento mensal.

Na falta de capital de giro suficiente, com 13% o cheque especial ainda é o mais utilizado pelas MPI's. Empréstimo PJ foi utilizado por 7% e para o empréstimo pessoal, a procura de crédito teve uma queda, saindo de 11% para 6%, os dados voltam ao mesmo patamar de fevereiro deste ano. Em âmbito nacional, uma em cada cinco MPI's afirma ter dívidas com bancos ou instituições financeiras. No entanto, impostos, tributos ou taxas atrasadas também são grandes motivos para endividamento de MPI's, atingindo 22%.

Quando o assunto é situação da produção e prestação de serviços atualmente, o valor chegou ao maior registrado neste ano, com 56% das empresas atuando em sua capacidade total. A região com mais produção e prestação de serviços atuando em sua plena capacidade segue com Centro-Oeste com 64%. No entanto, para o Nordeste a situação é pessimista com 29% das MPI's com maior parte das atividades paradas ou totalmente paradas.

Gestores de patrimônio administram R$ 469 bi no semestre

O volume administrado por gestores de patrimônio cresceu 2,45% e chegou a R$ 469 bilhões no final do primeiro semestre deste ano na comparação com o fechamento de 2023. Com crescimento de 9,5%, a renda fixa, que inclui títulos públicos e privados, FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), fundos de renda fixa e poupança, se destacou no semestre, passando de R$ 173,6 bilhões para R$ 190,1 bilhões. Com isso, ampliou a participação nas carteiras dos gestores de 37,9% para 40,5%. Os dados foram divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

O segmento de gestão de patrimônio tende a ser bastante diversificado e manter posições buscando rentabilidade no longo prazo. Mas, com a Selic em dois dígitos, até mesmo investidores com renda mais alta se protegem, escolhendo opções mais conservadoras, de olho na liquidez e segurança", diz estores de patrimônio administram R$ 469 bi no semestre

Renda fixa

Richard Ziliotto, presidente da Comissão de Gestão de Patrimônio da Anbima.

O montante aplicado em produtos de renda variável cresceu pouco de R$ 155,7 bilhões para R$ 157,8 bilhões. A fatia reservada à classe de ativos registrou ligeiro recuo de 34% para 33,7%. Renda variável inclui ações, fundos de ações, clube de investimento, FIP (Fundos de Investimento em Participação) e fundos cambiais. Segundo a Anbima, a participação dos híbridos, que consideram fundos multimercados, imobiliários e ETFs (Exchance Traded Funds), caiu de R$ 115,8 bilhões em dezembro de 2023 para R$ 105,2 bilhões em junho de 2024.

Dessa forma, os híbridos correspondem a 22,4% do total investido pelos gestores de patrimônio em 2024. O investimento em previdência subiu 16,2%, para R$ 12,4 bilhões, enquanto a participação do ativo no portifólio dos investidores se manteve praticamente estável, variando de 2,3% para 2,7%.

Destaques

Os fundos de renda fixa cresceram 8,6% e somaram R$ 51,9 bilhões ao final do primeiro semestre. "Nesse cenário, com expectativas de juros subindo até o fim do ano e o distanciamento da inflação do centro da meta, a tendência é que os gestores de patrimônio e os investidores continuem perseguindo a renda fixa", diz Ziliotto. O volume investido em títulos públicos aumentou 13,9%, totalizando R$ 35,7 bilhões ao fim de junho. Mas, diferentemente dos fundos de renda fixa, que avançaram organicamente, o crescimento dos títulos públicos foi influenciado por um movimento concentrado que contribuiu com quase metade (R$ 2 bilhões) da alta total de R$ 4,4 bilhões.

Os FIDCs subiram 16,6%, chegando a R$ 19,7 bilhões, também com parte do crescimento de R$ 2,8 bilhões concentrado de R$ 1,6 bilhão. Os CDBs (Certificados de Depósito Bancário) avançaram 17,3%, chegando a R$ 10 bilhões, em um movimento pulverizado. As debêntures tradicionais fecharam o semestre praticamente estáveis, com leve recuo de 0,2%, de R$ 11,5 bilhões para R$ 11,4 bilhões.

As letras financeiras caíram 16,3%, totalizando R$ 6,2 bilhões ao final de junho. A queda foi impactada por um movimento concentrado de R$ 1,2 bilhão. Sem ele, o resultado teria sido de estabilidade. As operações compromissadas caíram 11,9%, o equivalente a R$ 300 milhões, e terminaram a primeira metade do ano com saldo de R$ 1,9 bilhão. Isentos Os produtos isentos de imposto de renda cresceram 13,5% no primeiro semestre, passando de R$ 39,4 bilhões para R$ 44,7 bilhões. As debêntures incentivadas, que avançaram 10,3% na comparação com dezembro de 2023, respondem por R$ 9,7 bilhões (21,6%) deste total.

CRAs e CRIs (Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Imobiliários, respectivamente) e LCAs e LCIs (Letras de Crédito do Agronegócio e Imobiliário, nesta ordem) também avançaram em um semestre marcado pela publicação de novas regras para as emissões desses papeis. As LCIs cresceram 23,9%, chegando a R$ 9,3 bilhões, enquanto as LCAs totalizaram R$ 8,9 bilhões, avanço de 15,7% no primeiro semestre.

Os CRIs tiveram alta de 15,3%, chegando a R$ 7,7 bilhões, ao passo que os CRAs subiram 11,2%, para R$ 5,6 bilhões. Entre os isentos, a exceção foram as LIGs (Letras Imobiliárias Garantidas), que recuaram 4,5%, aproximadamente a R$ 200 milhões, e totalizaram R$ 3,6 bilhões ao fim do semestre. Multimercados Os fundos multimercados caíram 14,7% e fecharam o semestre com um total de R$ 82,3 bilhões. Contribuiu para a queda um movimento concentrado em quatro instituições, responsáveis pela retirada de R$ 11 bilhões dos R$ 14,2 bilhões resgatados da classe.

"A indústria dos multimercados como um todo sofreu com resgates. Não dá para cravar que houve uma migração para outras classes, mas, com a taxa de juros ainda em um patamar alto, é normal que investidores procurem opções menos arrojadas", explica Ziliotto. Os fundos de ações subiram 4,1%, totalizando R$ 73,1 bilhões ao fim de junho deste ano.

O investimento em ações se manteve praticamente estável, com leve avanço de 1,6%, fechando o semestre com um montante de R$ 59 bilhões. O volume aplicado em FIPs caiu 6,3%, para R$ 25,6 bilhões, enquanto o montante investido em fundos cambiais permaneceu em R$ 100 milhões. Já os fundos imobiliários e os ETFs registraram variação positiva.

Os primeiros, impactados por um movimento concentrado de R$ 2 bilhões, cresceram 18,8% (R$ 3,1 bilhões), totalizando R$ 19,6 bilhões. Já os ETFs avançaram 16,3%, somando R$ 3,3 bilhões ao fim do primeiro semestre. Tipos de instrumentos As aplicações dos clientes de gestão de patrimônio podem ser feitas por meio de dois instrumentos: fundos de investimento ou carteiras administradas. Os primeiros avançaram 1%, chegando a R$ 316,4 bilhões.

As carteiras responderam por R$ 152,5 bilhões, uma evolução de 5,6% na comparação entre o fechamento de 2023 e o primeiro semestre deste ano. A quantidade de instrumentos variou positivamente em 13,1% neste período, totalizando 33.866. A maior parte são carteiras administradas, que cresceram 13%, chegando a 29.091.

Os fundos somam 4.775, alta de 13,8% no semestre. O número de instituições se manteve praticamente estável em 146, com a saída de apenas uma na comparação com o final de junho de 2023. Regiões O volume financeiro e o número de clientes cresceram em todas as regiões brasileiras. No Sudeste, o montante financeiro cresceu 1,4%, totalizando R$ 366,9 bilhões, enquanto o número de clientes subiu 8,9%, para 20.190.

Sul e Centro-Oeste ampliaram quantidade de clientes em 14% (para 4.695) e 11,5% (para 2.452), respectivamente, mas tiveram crescimentos financeiros mais modestos. No Nordeste o montante investido subiu 15,7%, o equivalente a R$ 5,7 bilhões, sendo que três instituições foram responsáveis pela maior parte desse valor (R$ 4,5 bilhões). Com isso, o total chegou a R$ 42,1 bilhões ao final do semestre. O número de clientes na região aumentou 27,5%, somando 2.089. O patrimônio líquido investido no Norte avançou 13,9%, para R$ 1,8 bilhão, com um total de 325 clientes, alta de 34,3% sobre o fechamento de 2023. No Sul, o avanço foi de 0,4%, totalizando R$ 53,1 bilhões, e no Centro-Oeste, o volume financeiro aumentou 1,3%, para R$ 5,1 bilhões.